



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 06 de novembro de 2023.

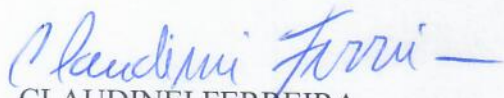
Ao  
Sr. Herbert Correa Barros  
Assunto: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Ref. Pregão Eletronico nº 045/2023

A empresa MT CLINICA SÃO LUCAS LTDA, inscrita no CNJ/MF sob nº 05.587.245/0001-52, com sede Rua 22 de Abril, nº 520 – centro de Marechal Cândido Rondon - PR., solicitou a Impugnação do Edital de Pregão Eletronico nº 045/2023, cujo o objeto é a “**Contratação de empresa especializada em elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Medico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, conforme quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR**”.

Considerando a necessidade em dar continuidade ao processo licitatório acima citado, solicito que se posicione mediante a emissão de seu **Parecer Juridico**.

Segue cópia do pedido da empresa acima mencionada..

  
CLAUDINEI FERREIRA  
Pregoeiro





## PARECER JURÍDICO

**Pregão Eletrônico n.º:** 045/2023

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Laudo técnico das condições Ambientais do Trabalho LTCAT, e Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP, conforme quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas pela Secretaria de Administração do Município de São José das Palmeiras – PR.

**Requerente:** Pregoeiro e Comissão de Licitação.

**Motivo:** Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico

**Data:** 07 de novembro de 2023.

### I – Síntese dos Fatos:

Retorna o caderno licitatório para manifestação, especificamente acerca de Impugnação ao Edital apresentada pela empresa MT CLINICA SÃO LUCAS LTDA., representada pelo sócio DIRLAN DA SILVA, o qual em síntese questiona as seguintes questões:

- a) A necessidade de cadastro das empresas concorrentes no CNES – Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde;
- b) A necessidade de registro da empresa e do médico do trabalho no CRM do estado do Paraná;
- c) A necessidade da exigência dos equipamentos de medição para elaboração dos programas PGR – LTCAT e LIP;
- d) A necessidade de inscrição do médico na ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho;

Em suma, a controvérsia reside nos pontos elencados acima, os quais passarei a me posicionar na fundamentação abaixo.

### II – Dos Fundamentos:

#### II.I. Do Cadastro das Empresas Concorrentes no CNES – Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde:

Ao analisar superficialmente a norma instituidora do CNES, especificamente a PORTARIA Nº 1.646, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015, do Ministério da Saúde, o texto leva a crer que seja necessário o cadastro de toda e qualquer atividade que explore a atividade de saúde, vejamos:

Art. 2º O CNES se constitui como documento público e sistema de informação oficial de cadastramento de informações de todos os estabelecimentos de saúde no país, independentemente da natureza jurídica ou de integrarem o Sistema Único de Saúde (SUS), e possui as seguintes finalidades:

Art. 4º O cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações.





Entretanto, a fim de dar maior clareza e segurança jurídica ao tema, o Ministério da Saúde editou a PORTARIA N° 2.022, DE 7 DE AGOSTO DE 2017<sup>1</sup>, a qual tem por propósito justamente indicar as características que a empresa deve possuir, para que o cadastro no CNES torne-se obrigatório, cuja cópia encontra-se anexa ao presente parecer.

Pois bem. Ao analisar atentamente as características dispostas na Portaria n.º 2.022/2017 do Ministério da Saúde, utilizando-se de interpretação hermenêutica literal restritiva, conclui-se que a atividade objeto da presente licitação não encontra-se disposta no Anexo da referida portaria.

Assim, diante do princípio da legalidade, o qual é aplicável a administração pública e a seus atos, não é possível realizar interpretação extensiva à Portaria n.º 2.022/2017 do Ministério da Saúde, razão pela qual compreendo que o certame não deve ser retificado em tal ponto.

## II.II. Da Necessidade de Registro da Empresa e do Médico do Trabalho no CRM no Estado do Paraná

No que toca a obrigatoriedade de registro da empresa e do médico no CRM no conselho estadual do Paraná, assiste razão parcial à impugnante, vejamos.

De fato, o CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, por intermédio da RESOLUÇÃO CFM N° 2.323/2022, regulamentou a necessidade de registro suplementar do médico no conselho estadual em que estará atuando, vejamos:

Art. 5º Os médicos do trabalho, como tais reconhecidos por lei, especialmente investidos da função de Médico Responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estarão obrigados a fazerem-se presentes, com a regularidade que for necessária, nas empresas e em suas filiais, para coordenarem o referido programa, estando devidamente inscritos nos conselhos regionais de medicina dos estados em que estiverem atuando.

§ 1º Os médicos que executam os exames ocupacionais devem observar o contido nos programas instituídos para proteção integral à saúde do trabalhador, devendo ter conhecimento sobre as condições e riscos do trabalho.

§ 2º Ao médico do trabalho da empresa contratante é facultado exigir exames específicos da atividade a ser realizada pelo trabalhador por exposição a risco não contemplado no PCMSO de origem.

Entretanto, ainda que o CFM tenha atribuído tal condição, mostra-se necessário ponderar acerca da imposição de condição impeditiva ao caráter competitivo da licitação, passarei a explicar.

Exigir que os médicos interessados no certame tenham registro em todos os Conselhos Regionais Estaduais, já que o pregão eletrônico oportuniza a participação ampla de interessados, é condição que inviabiliza a competição, por razões burocráticas e financeiras.

<sup>1</sup> [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2022\\_15\\_08\\_2017\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2022_15_08_2017_rep.html)





Neste sentido, sopesando-se tais circunstâncias, tal condição somente deve ser implementada ao participante vencedor, até a data da assinatura do contrato.

Portanto, compreendo que tal exigência deve ser acatada, com a devida retificação editalícia, mas tal exigência somente deve ser imposta à empresa vencedora, para seu médico responsável, cuja comprovação deve se dar até a data da assinatura do contrato licitatório.

### **II.III. Da Necessidade da Exigência dos Equipamentos de Medição para Elaboração dos Programas PGR – LTCAT e LIP**

Quanto a exigência de equipamentos para a elaboração dos laudos, verifica-se que o edital mostra-se suficientemente claro, ao requerer, ainda que de forma genérica, que a empresa esta obrigada a prestar os serviços, utilizando-se de todos os equipamentos necessários, conforme recorte abaixo (item 7 do termo de referência):

Nos valores deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a realização dos serviços tais como: Transportes, materiais, insumos, aparelhos, equipamentos, análise laboratoriais, inclusive EPI's pertinentes e necessários para a perfeita execução dos mesmos.

Trata-se de contrato e licitação com características de empreitada, ou seja, cuja obrigação se dá em relação ao resultado a ser atingido, qual seja, a emissão dos respectivos laudos.

Tal como uma licitação de obras, o município não tem condições de apontar todos os equipamentos que deverão ser utilizados, a exemplo de um pá, carrinho, espátula, e etc, pois a responsabilidade pela utilização dos equipamentos adequados esta sob a tutela do profissional cumprir a obrigação.

A indicação dos equipamentos médicos/clínicos pela administração, impõe responsabilidade e conhecimento técnico que o quadro administrativo não tem, mas que cabe somente, e tão somente, ao médico responsável pela emissão dos laudos.

Diante de tal apontamento, compreendo pela improcedência de tal pedido.

### **II.IV. Da Necessidade de Inscrição do Médico na ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho:**

Por derradeiro, a empresa questiona a necessidade/obrigatoriedade de associação à ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho, que encontra-se disposta no item 13.27.2 do Edital.

Assiste razão a Impugnante, pois trata-se de associação de livre adesão, a qual não tem o poder de conferir exclusividade de atuação na área, tão pouco restringir a atuação de profissionais não associados.

Neste sentido, compreende-se que somente a adesão aos quadros do Conselho Profissional (CFM) é “conditio sine quo non” de participação licitatória e atuação profissional.





### III – Conclusão:

Diante de tais apontamentos, passo a me manifestar da seguinte forma:

- a) Quanto a necessidade de cadastro das empresas concorrentes no CNES – Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde, diante do princípio da legalidade, o qual é aplicável a administração pública e a seus atos, compreendo que não é possível realizar interpretação extensiva à Portaria n.º 2.022/2017 do Ministério da Saúde, razão pela qual o certame **não deve ser retificado** em tal ponto;
- b) Quanto a necessidade de registro da empresa e do médico do trabalho no CRM do estado do Paraná, compreendo que tal exigência deve ser acatada **parcialmente**, com a devida retificação editalícia, mas tal exigência somente deve ser imposta à empresa vencedora, para seu **médico responsável, cuja comprovação deve se dar até a data da assinatura do contrato licitatório**;
- c) Quanto a necessidade da exigência dos equipamentos de medição para elaboração dos programas PGR – LTCAT e LIP, compreendo pela **improcedência de tal pedido**;
- d) Quanto a necessidade de inscrição do médico na ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho, compreendo pela **procedência de tal pedido**, devendo o edital ser retificado em tal ponto.

Portanto, recomendo alternativamente ao pregoeiro que:

- 1º - Verifique a possibilidade suspensão do pregão eletrônico, a fim de que seja realizada ulteriormente a retificação do edital, especificamente no que toca:
  - a) Inclusão da necessidade de comprovação do registro do médico responsável no CRM/PR, para a empresa vencedora da licitação, até a data da assinatura do contrato;
  - b) Exclusão da necessidade de inscrição do médico da ANAMT – Associação Nacional de Medicina do Trabalho;
- 2º - Caso a suspensão não seja possível, recomendo o cancelamento do certame, a fim de que retorne a fase interna de planejamento, para as devidas retificações.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 07 de novembro de 2023.

gov.br

Documento assinado digitalmente  
HERBERT CORREA BARROS  
Data: 07/11/2023 12:16:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HERBERT CORREA BARROS  
OAB/PR n.º 51.127  
PROCURADOR DO MUNICÍPIO